

Ribeirão Preto, 04 de agosto de 2026.

À Chefia do Departamento de Biologia
Ao Conselho do Departamento de Biologia
FFCLRP, USP

Prezados(as) professores(as),

Venho, por meio desta, externar minha profunda preocupação com as consequências do evento climático extremo ocorrido no último dia 24/07/2026. Na ocasião, eu estava afastada de minhas atividades na Universidade em razão de trabalho de campo e pesquisa no interior do Estado do Acre, entre os dias 20/07 e 02/08/2026, retornando à USP apenas ontem, 03/08/2026.

Parte das considerações aqui apresentadas já havia sido compartilhada no grupo de WhatsApp do Departamento de Biologia. Embora eu reconheça que esse não seja um canal institucional formal, ele tem desempenhado um papel importante na troca de informações sobre as providências adotadas pela Chefia do DB diante dos impactos causados pelo evento que atingiu a cidade de Ribeirão Preto e o campus da USP. No entanto, entendo que esse episódio não deve ser tratado como um evento isolado ou excepcional (episódico), mas como parte de uma realidade em que fenômenos climáticos extremos tendem a ocorrer com maior frequência e intensidade neste decênio, exigindo respostas institucionais mais estruturadas e preventivas.

Desde a tarde de ontem, tenho desempenhado minhas atividades em *home office*. Na manhã de ontem, estive no DB, acompanhado do Prof. Max, para verificar as condições do Bloco 13, bem como as do meu laboratório, inaugurado há apenas dois meses. A situação encontrada foi extremamente preocupante. Além dos danos à infraestrutura do prédio, ficou evidente que, nas atuais condições, não há segurança nem condições adequadas para a continuidade das atividades de pesquisa, ensino e orientação no Laboratório de Paleobiodiversidade Integrada (LAPI). Trata-se de um laboratório recém-implantado, fruto de investimentos públicos significativos da FAPESP e do esforço coletivo de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, cuja plena utilização encontra-se comprometida pela ausência de solução efetiva para os problemas estruturais do bloco.

Meus estudantes, equipamentos e demais materiais (computadores, notebooks, impressoras, lupas, no breaks) estão provisoriamente no laboratório do Prof. Max, em caráter emergencial, pois enquanto estava em campo, meus alunos estavam desesperados e os orientei a buscar o LPRP por conta da nossa afinidade em pesquisa e compartilhamento de espaços comuns de laboratório de preparação

de fósseis e coleção científica há 15 anos, e também, pelo contato prévio que fiz ao Prof. Max solicitando o acolhimento dos estudantes e dos materiais permanentes e fósseis alocados no LAPI.

A situação é, sim, desesperadora. Não há previsão para o conserto do telhado do Anfiteatro André Jacquemin, que afetou severamente a sala 10 do bloco 13, onde está instalado o LAPI. Assim, é impossível manter a rotina de trabalho presencial na USP, tanto para mim quanto para o meu grupo de pesquisa. Confesso que estou muito frustrada com toda essa situação, com a morosidade na tomada de decisões e com o fato de a USP ostentar uma situação financeira confortável enquanto problemas dessa gravidade permanecem sem solução.

Situações como a que estamos vivendo deveriam ser tratadas como prioridade absoluta pela administração central da Universidade de São Paulo. Eventos climáticos como o ocorrido em 24/07 tendem a se tornar cada vez mais frequentes. Hoje são os blocos da Biologia, os laboratórios e as salas de aula da graduação. Amanhã poderão ser outros laboratórios e outras dependências na nossa Unidade.

Acredito que a Chefia, o Conselho do Departamento e nossos representantes nas comissões internas deveriam atuar de forma articulada e solicitar, em unidade, uma reunião com a Diretoria da Faculdade, com a maior brevidade possível. Afinal, contamos com colegas com ampla experiência em gestão universitária e na formulação de políticas institucionais, capacidade que precisa ser mobilizada neste momento.

Não basta instalar lonas sobre telhados que voltarão a permitir infiltrações e alagamentos na próxima chuva, tampouco adotar medidas paliativas para problemas estruturais que se acumulam há anos nos prédios do Departamento de Biologia. Também não é aceitável transferir, ainda que indiretamente, o ônus desse evento climático extremo aos(às) docentes, que diariamente sustentam as atividades de ensino, pesquisa e extensão e que, justamente no momento em que mais necessitam de respaldo institucional, veem-se obrigados a encontrar soluções individuais para problemas que são de responsabilidade da Universidade.

Precisamos cobrar e pressionar os gestores da Unidade e da Universidade para que sejam adotadas medidas efetivas e estruturantes. Confiar apenas na boa vontade da institucionalidade não resolverá o problema. Tampouco podemos deixar de exercer a legítima pressão institucional sob a justificativa de que tudo o que precisava ser dito já foi dito ou encaminhado e que, a partir de agora, resta apenas aguardar os trâmites burocráticos.

Não se trata de uma preocupação individual ou de um problema pontual, mas de uma questão coletiva. Diante desse cenário, considero inaceitável a normalização de uma realidade que não deveria ser aceita como parte do cotidiano da Universidade de São Paulo. Também é inaceitável que uma universidade que se apresenta como referência de excelência não seja capaz de assegurar condições mínimas para o funcionamento de seus espaços de ensino, pesquisa e extensão, justamente em um dos momentos mais críticos da história recente do campus USP Ribeirão Preto e da cidade. A excelência universitária não se sustenta apenas por indicadores de desempenho, rankings ou discursos institucionais em congregações e no conselho universitário. Ela depende, sobretudo, de infraestrutura adequada, da valorização de seus espaços acadêmicos e do compromisso efetivo com aqueles que constroem diariamente a Universidade: docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes.

É revoltante constatar que a USP administra um patrimônio avaliado em mais de R\$ 9 bilhões e, ainda assim, uma parcela significativa dos recursos não seja revertida diretamente à recuperação da infraestrutura do campus da USP Ribeirão Preto e de suas unidades de ensino, ficando sua execução centralizada na Prefeitura do Campus (PUSP-RP). São os dirigentes das unidades que conhecem de perto a realidade de seus espaços, as fragilidades de sua infraestrutura e as necessidades cotidianas de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes.

Diante da gravidade da situação vivenciada após o evento climático extremo, torna-se evidente a necessidade de ampliar a autonomia das unidades para definir prioridades e executar intervenções emergenciais, garantindo maior agilidade na resposta a problemas que comprometem diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A excessiva centralização das decisões e dos recursos acaba por retardar soluções urgentes, ampliando prejuízos materiais, acadêmicos e humanos que poderiam ser minimizados por uma atuação mais célere e descentralizada.

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários acerca do posicionamento aqui exposto.